

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO DO SINDICATO NACIONAL
DO ENSINO SUPERIOR (ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE DOCENTES E
INVESTIGADORES) RELATIVO AO ANO DE 2009**

I – A REVISÃO DOS ESTATUTOS DE CARREIRA

1. O ano de 2009 foi marcado durante a sua maior parte por uma revisão global do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) e do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP). O primeiro daqueles Estatutos datava de 2009, tendo sido alterado em pontos importantes, por ratificação parlamentar, em 1980 e sofrido diversas alterações pontuais até 1988. O segundo datava de 1981 e foi uma única vez alterada, num aspecto pontual em 1988. Em 20 anos de acção sindical, iniciados em 1989, nunca o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), foram ensaiadas revisões em 1997 e em 2001, mas o processo foi interrompido sem ter chegado a ter conclusão.

2. Precedido por um conjunto de reuniões preliminares, já referenciadas no relatório de actividades de 2008, entre o MCTES, o SNESup e a FENPROF, o processo negocial formal decorreu 13 de Abril, data em que foi recebida a proposta inicial do MCTES e 22 de Junho de 2009, data da única reunião de negociação suplementar.

3. Estando largamente documentadas as posições assumidas no processo negocial pelo SNESup através da sua Direcção, e o balanço feito dos seus resultados, cabe pôr em destaque:

Da parte do MCTES:

- a indisponibilidade para rever vínculos e remunerações na altura própria (após a publicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro) relegando esta revisão para o momento da revisão formal dos Estatutos de Carreira;

- as más soluções encontradas em matéria de vínculos (não se aproveitando a possibilidade de contratar por tempo indeterminado quem exercesse necessidades permanentes) e a indisponibilidade para clarificar remunerações (até à presente data continuam por descongelar escalões e não foram negociadas tabelas remuneratórias), fruto da insensibilidade laboral do Ministro;

PORTO – NOVA MORADA
Pr. Mouzinho Albuquerque, nº 60 - 1º - 4100-357 PORTO

SEDE NACIONAL - LISBOA
Av. 5 de Outubro, 104 - 4.º - 1050-060 LISBOA
Tel.: 21 799 56 60 Fax: 21 799 56 61
Email: snesup@snesup.pt

SEDE REGIONAL - PORTO
Av. da Boavista, 1167, sala 5.1 - 4100-130 PORTO
Tel.: 22 543 05 42 Fax: 22 543 05 43
Email: snesup.porto@snesup.pt

SEDE REGIONAL - COIMBRA
Rua Casal dos Vagares, 12 - 3030-141 COIMBRA
Tel.: 23 978 19 20 Fax: 23 978 19 21
Email: snesup.coimbra@snesup.pt

1 A.
R

- o esvaziamento dos Estatutos através da elaboração de Regulamentos subtraídos à negociação colectiva;

- a má organização do calendário negocial e da agenda de reuniões, fugindo ao debate de propostas concretas apresentadas pelo SNESup, retirando o acordo a propostas já aceites e, após o encerramento do processo, incluindo no texto publicado alterações não submetidas a negociação.

Da parte do SNESup:

- a apresentação de propostas rigorosas sob a forma de articulado, com introdução tempestiva das alterações justificadas pela evolução do processo negocial;

- a ampla divulgação das propostas e contra-propostas apresentadas, contrastando com a atitude das restantes organizações sindicais, que aliás recusaram sempre a negociação em mesa conjunta;

- a coragem de, num contexto em que supostos acordos eram dados como alcançados, fazer apelo à realização de concentrações (12 de Maio e 3 de Junho), como forma de mostrar desagrado pela evolução do processo negocial e de reforçar a posição sindical;

- a preocupação de conduzir as negociações de forma colegial, através da Comissão Negociadora oportunamente formada.

A capacidade de actuação do SNESup e o seu poder negocial foram muito mais limitados do que o que seria desejável por razões que tiveram a ver com:

- a cobertura relativamente reduzida da rede de delegados sindicais e a fraca dinamização desta;

- a fraca mobilização dos destinatários da revisão, sendo certo que sucessivos anos de atoardas sobre a revisão do ECDU levaram muitos docentes a temer uma revisão francamente pior do que a que veio a ser aprovada.

4. Em Junho e Julho assistiu-se a um esforço de automobilização dos docentes do ensino superior politécnico, centrado sobretudo no Porto, em Coimbra e em Lisboa, que deu origem a várias semanas de greve às avaliações apoiada pelo SNESup, articulada com concentrações, nas instituições e, a final, junto do Palácio de Belém, e “recepções” ao Ministro (U. Algarve e Laboratório de Nanotecnologia).

Sem esta greve não teria ficado claro que o processo de revisão tinha gerado insatisfação nem se teria aberto caminho à alteração dos diplomas por via de apreciação parlamentar.

O SNESup, que tornou clara a sua recusa de assinar acordos ou actas, apoiou a greve sem quaisquer reservas havendo todavia que chamar a atenção para que:

- poderia e deveria ter dinamizado a discussão e eventual adesão a formas de luta fora dos três grandes centros em que os movimentos independentes do Politécnico tinham nascido e organizavam a luta.

- poderia e deveria ter promovido o alargamento da sua rede de organização sindical por forma a integrar os colegas que, sobretudo fora dos três grandes centros referidos, aderiam à luta.

No plano interno este período ficou marcado pelo enfraquecimento da colegialidade e pela irregular difusão de materiais do SNESup sem que estivessem em causa os objectivos assumidos pela Direcção no seu conjunto.

A exposição ao Presidente da República em 3 de Agosto, pedindo a fiscalização da constitucionalidade de numerosas disposições, tanto do ECDU como do ECPDESP, tanto do corpo dos Estatutos como do regime transitório, constitui um marco importante da acção do SNESup no fim deste período.

5. Com a publicação dos Decretos-Leis nº 205/2009 e 207/2009, de 31 de Agosto entendeu a Direcção do SNESup reafirmar que se impunha desencadear um processo de alterações aos textos resultantes da revisão, também aqui tanto do ECDU como do ECPDESP, tanto do corpo dos Estatutos como dos regimes transitórios, com envio de propostas e pedido de reuniões no quadro parlamentar.

Para o corpo dos Estatutos e para o regime transitório do ECDU formalizou o Sindicato propostas de alteração ao articulado, remetendo o regime transitório do ECPDESP para o processo de contestação que foi relançado nesta altura e que passou pela realização de um Encontro do Politécnico em 11 de Novembro, formalmente organizado pelo SNESup e pela FENPROF mas em que a participação de docentes mobilizados pelo movimento independente do politécnico foi essencial, sendo que foi deste movimento independente que vieram a surgir a maioria das alterações ao articulado ao regime transitório.

O processo de decisão interna e de publicitação das alterações propostas e o desencadeamento de contactos parlamentares foi mais moroso do que o que seria desejável, perdendo-se praticamente os meses de Setembro, Outubro e Novembro no esforço de restabelecimento da colegialidade no funcionamento interno

e só a partir do final do mês de Novembro se tendo retomado a publicação regular da *newsletter* do Sindicato e a actualização do sítio na INTERNET. Na mesma altura foram formalizados contactos parlamentares para apresentação das posições do SNESup que permitiram que o Sindicato fosse recebido a 17 de Dezembro pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

Os frutos deste esforço vieram a ser colhidos já em 2010, estando amplamente divulgadas as posições assumidas pelo Sindicato, através da sua Direcção, sobre as alterações introduzidas no processo de apreciação parlamentar.

6. Foi ainda elaborado um contributo sobre o projecto de Regulamento de Avaliação de Desempenho da Universidade Técnica de Lisboa.

1 #
R

III – OS RESTANTES DOMINIOS DA ACTUAÇÃO DO SINDICATO

7. O esforço exigido pelo processo negocial relativo à revisão dos Estatutos de Carreira Docente mobilizou essencialmente os esforços das Áreas de Responsabilidade de Relações Internacionais, Comunicação e Imagem e de Política Reivindicativa e Apoio Jurídico, com pleno apoio da Ensino Superior - Revista do SNESup, que manteve a sua publicação regular. No domínio específico do apoio jurídico continuou a ser acompanhada pela Direcção a prestação de esclarecimentos *on line*, a realização de consultas jurídicas presenciais e o apoio forense.
8. A Área de Responsabilidade de Política Científica e Organização dos Investigadores preparou, pela sua parte a negociação da revisão do Estatuto de Carreira de Investigação Científica (ECIC).
9. No que diz respeito ao Centro de Documentação, não foram concretizadas as orientações definidas pela Direcção e a Área de Responsabilidade de Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia manteve-se inactiva.
10. Na Área de Organização Sindical onde não se acompanhou em pleno o processo de revisão, nem, de modo geral, se capitalizou em termos de alargamento de número de associados e de rede de delegados sindicais (apesar de alguma iniciativas no início do ano) o esforço de envolvimento do SNESup no processo, verificou-se não obstante um importante desenvolvimento, com a substituição da Planeta Virtual, empresa sediada no Porto e com diminuta capacidade de resposta às nossas solicitações, pela EISA, sediada em Lisboa, que vem desenvolvendo aplicações e prestado apoio em termos geralmente satisfatórios.

À data em que se conclui o presente relatório estavam em desenvolvimento novos projectos no domínio da gestão documental e em ultimação outros.

III – FINANÇAS E PESSOAL

9. O Sindicato conseguiu, em parte devido a novas sindicalizações, em parte devido às actualizações de vencimentos em 2,9 %, ocorridas em 2009 no ensino público, compensar em termos financeiros a passagem de numerosos associados à situação de aposentação, processo acelerado pelo quadro legal que vigorou a título extraordinário em 2008 e 2009, e, bem assim, as numerosas situações de perda de vínculo laboral, com conseqüente quebra da receita de quotas, que em geral obrigam a recolha de informação junto dos serviços das instituições para averiguar da razão de ser da interrupção dos pagamentos.

11. O impacto financeiro dos processos negociais está sobretudo reflectido no Centro de Custos “Direcção”, ao qual são imputadas as despesas de deslocações e no Centro de Custos Iniciativas.

H.
B.

A publicação do anúncio “Filhos de um Deus Menor” esta reflectida nos custos do SNESup por ter sido facturada a este, figurando em proveitos os donativos que suportaram a iniciativa. O ligeiro excedente ficou lançado em “Dividas a docentes do Politécnico”

12. O reexame sistemático das situações em que o Sindicato comparticipa nas despesas com Seguro de Saúde, expurgando aquelas em que antigos associados ou associados sem obrigação / isentos de quota continuavam a beneficiar de seguro de saúde sem contrapartida, permitiu reduzir os custos neste domínio.

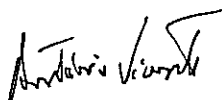
13. Começaram a ser reembolsados alguns apoios concedidos pelo Fundo de Greve e Solidariedade, designadamente em consequência dos sucessos no plano judicial obtidos na intervenção do SNESup na Universidade da Beira Anterior.

14. O número de funcionários manteve-se em 7 (5 em Lisboa, 1 no Porto, 1 em Coimbra), tendo-se aproximado os vencimentos das funcionárias do Porto e de Coimbra dos vencimentos praticados na sede.

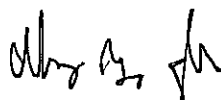
Mais uma vez a colaboração dos funcionários do SNESup merece especial destaque e público agradecimento neste Relatório de Actividades.

Lisboa, em 24 de Abril de 2010

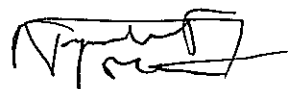
A Direcção do SNESup



António Vicente
Presidente da Direcção



Nuno Ivo Gonçalves
Vice-Presidente da Direcção



Marc Jacquinet
Tesoureiro